

## BOLETIM 70

Brasília, 26 de fevereiro de 2016

# Partidos não chegam a acordo e sessão extraordinária de quinta é encerrada sem votações

Impasse sobre a votação de projeto que susta a metodologia do cálculo da dívida dos estados e municípios com o governo federal e sobre pontos da Medida Provisória (MP) 694/15, que trata de questões fiscais, impediram as votações na sessão extraordinária desta quinta-feira (25). Disputa sobre acordos feitos entre os líderes levaram o Plenário a cancelar as votações.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, chegou a anunciar a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 315/16, do deputado Espiridião Amin (PP-SC), que susta o dispositivo legal que define o cálculo do montante da dívida de estados e municípios com a União. As dívidas foram renegociadas no ano passado, mas Amin considera que a taxa aplicada ao cálculo da dívida, baseado na taxa Selic, é muito alta.

“Nenhum estado consegue amortizar essa dívida por causa do indexador. Não estamos quebrando o País. Estamos sustando uma norma que mudou o que aprovamos em lei complementar”, disse Amin.

**Mais tempo** - Havia acordo para a votação da proposta nesta quinta-feira, mas o líder

do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), pediu



mais tempo. Segundo ele, os secretários de finanças dos estados negociam condições mais favoráveis para a negociação da dívida pública no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e essa discussão deve terminar na segunda-feira (29). “A votação do decreto não tem efeito prático nenhum, só político”, afirmou o líder.

Depois do recuo do governo, não houve acordo entre os partidos. Eduardo Cunha anunciou que o projeto deverá voltar à pauta em



uma sessão extraordinária na próxima terça (1º), antes mesmo da Ordem do Dia da sessão ordinária.

**Acordos públicos** - Cunha também chamou atenção do líder governista que, segundo o presidente, teria descumprido acordo com a Mesa de não tentar impedir a votação do projeto de decreto legislativo por meio de obstrução. Cunha disse que os acordos entre líderes passarão a ser públicos. “O acordo era para votação do decreto, antes de a medida provisória chegar. Daqui para a frente, Zé Guimarães, acordos com vossa excelência só serão feitas no microfone, no Plenário e de forma pública”, declarou Cunha.

Isso porque José Guimarães insistiu que a votação do projeto só fosse feita com o compromisso de votar, nesta quinta-feira, também a Medida Provisória 694/15. “Eu até cedo a discussão para votar o PDC, mas o presidente [Cunha] e Amin haviam me dito que a MP seria o item principal da pauta”, reiterou o líder.

**Matéria estranha** - A oposição não concordou com a votação da medida provisória por criticar a retirada de pontos acordados na comissão mista que analisou a proposta, considerados matéria estranha ao objeto da MP: a prorrogação de benefícios fiscais para papel de imprensa, reabertura de prazo para negociação de dívidas rurais e legislação sobre o adicional de frete de marinha mercante.

Diante de tantas controvérsias, vários partidos apelaram para a obstrução e a sessão foi encerrada sem votações. A discussão do projeto que susta o cálculo da dívida pública e da Medida Provisória 694/15 será incluída na pauta da próxima semana.

*Fonte: Agência Câmara*

## IBGE: desemprego sobe e atinge maior taxa para janeiro desde 2009

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 7,6% em janeiro, segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em dezembro, o índice havia atingido 6,9% e no primeiro mês de 2014, 5,3%.

Para o mês de janeiro, a taxa é a mais alta desde 2009, quando chegou a 8,2%.

“Essa elevação da taxa agora em janeiro é um movimento esperado. A gente sabe que em dezembro, a cada ano, se costuma registrar a taxa mais baixa do ano, e na virada, essa taxa volta a crescer. Então, é um movimento que a gente também observou no passado, retrasado e ao longo de toda a série histórica”, disse Adriana Beringuy, técnica de trabalho e rendimento do IBGE.

No entanto, de acordo com a especialista, neste ano, “as intensidades são bem maiores” e o crescimento da inatividade impediu que a taxa de desemprego fosse ainda mais alta em janeiro.

“De fato, se não houvesse pessoas dentro da inatividade, essa taxa poderia ter sido maior. No mês, a gente tem tanto um fenômeno de mercado de trabalho quanto demográfico. Se não tivesse sido absorvido pela inatividade essa população [desocupada], essa taxa poderia ter sido maior.”

**População desocupada** - A população desocupada chegou perto de 2 milhões: 8,4% acima da quantidade de dezembro e 42,7% na comparação com o mesmo mês de 2014. Por outro lado, a população ocupada diminuiu para 23 milhões. A queda foi de 1% frente ao último mês do ano passado e 2,7% sobre um ano atrás.





No mês, houve redução da ocupação na atividade educação, saúde administração pública (2,8%) e serviços domésticos (6,4%). Já na comparação anual, houve queda na indústria (8,5%) e nos outros serviços, como alojamento e alimentação, transportes e armazenagem e serviços pessoais (3,4%).

Conseqüentemente, o número de trabalhadores com carteira assinada caiu 2,8% sobre janeiro e ficou estável frente a dezembro ao atingir 11,6 milhões.

Não foi só o número de empregados que caiu. Também diminuiu o rendimento médio de quem está trabalhando. Em média, os salários ficaram em R\$ 2.242,90: queda de 1,3% em relação a dezembro (R\$ 2.273,44) e de 7,4% contra janeiro de 2015.

**Onde o desemprego subiu** - Em relação a dezembro, o desemprego cresceu nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (de 7,0% para 8,1%) e Belo Horizonte (de 5,9% para 6,9%).

Já frente a um ano atrás, quando a taxa geral de desemprego era bem menor, a desocupação cresceu em todas as regiões. No Recife, passou de 6,7% para 10,5%; em Salvador, de 9,6% para 11,8%; em Belo Horizonte, de 4,1% para 6,9%; no Rio de Janeiro, de 3,6% para 5,1%; em São Paulo de 5,7% para 8,1%, e em Porto Alegre, de 3,8% para 5,9%.

Os salários caíram no Rio de Janeiro (-3,1%), em São Paulo (-1,2%), em Porto Alegre (0,9%) e em Salvador (-0,7%), mas subiram no Recife (1,0%) e em Belo Horizonte (0,5%). Frente a um ano atrás, todas as capitais mostraram queda nos rendimentos, a maior foi em Salvador (14%).

*Fonte: Portal G1*

## Igualdade Racial



**Mais  
Respeito  
menos  
preconceito**

### Trabalhador que sofreu discriminação racial no trabalho será indenizado

Um trabalhador entrou com um processo na Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul pedindo indenização por ter sofrido assédio moral e preconceito racial pelo gerente da empresa Telheira Santa Lourdes, em Três Lagoas. Segundo o reclamante, ele era chamado constantemente de preguiçoso, irresponsável e burro. Testemunhas também confirmaram que ouviram o gerente chamando o empregado de "preto, vagabundo" e "preto preguiçoso".

Em primeira instância, a 2ª Vara do Trabalho de Três Lagoas condenou a empresa a pagar R\$ 5.000,00 por danos extrapatrimoniais por entender ter sido comprovada a prática de ato ilícito pela empresa, consistente em injúrias pejorativas e raciais causadoras de inequívoco abalo íntimo e moral ao trabalhador. A empresa recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região alegando contradição entre os depoimentos das testemunhas e defendendo que as injúrias não foram comprovadas.



Segundo o relator do recurso, Desembargador Francisco das C. Lima Filho, o trabalhador era tratado de forma vexatória, discriminatória e humilhante pelo gerente em razão da raça e da cor. Ainda de acordo com o magistrado, "os atos de violência moral praticados pelo preposto da empresa, além de revelar agressão à honra e a dignidade do trabalhador, evidenciam uma conduta racista e discriminatória que, pelo menos em tese, constitui o delito de injúria racial".

No voto do Desembargador, ainda consta que a empresa não adotou qualquer medida concreta para evitar a conduta criminosa ou para reprimi-la, "o que é suficiente para qualificar aquele insidioso comportamento como assédio moral discriminatório". Dessa forma, por unanimidade, os membros da Segunda Turma do TRT/MS mantiveram a sentença que condenou a empresa ao pagamento de R\$ 5.000,00 de indenização por danos extrapatrimoniais.

PROCESSO Nº 0001441-83.2012.5.24.0072-RO

*Fonte: Jusbrasil*

## Comissão do Senado aprova FGTS para geração residencial de energia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (CI) aprovou o uso do FGTS para a compra de equipamentos voltados para a microgeração de energia elétrica. Para fazer jus aos recursos, os equipamentos precisam ser instalados em moradia própria, a energia deve ser gerada a partir das fontes hidráulica, solar, eólica

ou biomassa. O trabalhador precisa comprovar pelo menos três anos de contribuição. Segundo o senador Ciro Nogueira (PP-PI), autor do projeto de lei (PLS 371/2015), os ganhos com a economia de energia serão maiores que o rendimento proporcionado pela aplicação tradicional do FGTS.

*Fonte: Agência Senado*

## Receita já liberou programa gerador do Imposto de Renda

O programa gerador da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2015 foi liberado desde ontem (25) no site da Receita Federal. A Instrução Normativa que aprovou o programa este ano foi publicada nessa quarta-feira (24) no Diário Oficial da União.

Para enviar a declaração, o contribuinte deverá usar o Receitanet, que poderá também ser baixado do site, onde estarão disponíveis as configurações mínimas dos computadores que executarão o programa.

Embora possa instalar os programas no computador, o contribuinte só conseguirá enviar a declaração no dia 1º de março. As pessoas que enviarem as informações nos primeiros dias do prazo terão a chance de receber a restituição, caso tenha direito, nos primeiros lotes, que devem ser liberados a partir de 15 de junho. Têm prioridade, ainda, contribuintes com mais de 60 anos e quem tem alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave. O prazo termina no dia 29 de abril.



O comprovante de rendimento para o trabalhador preencher a declaração terá que ser entregue pela fonte pagadora, pessoas físicas e jurídicas, até o dia 29 de fevereiro.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Pesquisa da CNI indica que 38% da indústria ficaram parados em janeiro**

A utilização da capacidade instalada da indústria ficou em 62% em janeiro – mesmo percentual registrado em dezembro de 2015, mantendo-se no piso da série histórica iniciada em 2011. As informações são da Sondagem Industrial, divulgadas hoje (24) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a sondagem, a atividade e o emprego na indústria caíram em janeiro, com indicadores abaixo dos 50 pontos. Quanto mais abaixo dos 50 pontos, mais intensa e disseminada é a queda da produção ou do emprego. Enquanto o índice da evolução da produção registrou 39,7 pontos, o de evolução do número de empregados atingiu 41,4 pontos.

A retração na atividade fez com que os estoques da indústria também caíssem em janeiro, com índice em 48,4 pontos. O setor manteve os estoques no nível planejado pelas indústrias pelo segundo mês consecutivo. O índice que mede estoques efetivo-planejado passou de 49,8 pontos, em dezembro, para 50,3 pontos em janeiro, praticamente sobre a linha dos 50 pontos.

Conforme a CNI, o fraco desempenho do setor mantém os empresários pessimistas em

fevereiro em relação à demanda, ao número de empregados e às compras de matérias-primas para os próximos seis meses. O índice de expectativa sobre a demanda ficou em 45,6 pontos. O de número de empregados registrou 42,1 pontos e o de compras de matéria-prima alcançou 43,6 pontos. Valores abaixo dos 50 pontos indicam perspectivas negativas.

Apenas as expectativas sobre as exportações se mantêm otimistas, com índice em 53,5 pontos, acima da linha divisória. Isso indica que os empresários esperam aumentar o volume de vendas de produtos a outros países nos próximos meses.

Diante do cenário de ociosidade da indústria e pessimismo sobre os próximos meses, as intenções de investimentos seguem baixas. O índice teve a segunda queda consecutiva e registrou 39,8 pontos em fevereiro.

Esta edição da Sondagem Industrial foi feita entre 2 e 18 de fevereiro com 2.480 empresas, das quais 1.034 são pequenas, 889 são médias e 557 de grande porte.

*Fonte: Agência Brasil*

## **Presidente do TST teme que corte no orçamento da Justiça trabalhista tenha impacto social**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Barros Levenhagen, manifestou sua preocupação com o corte de 90%





nas despesas de investimento e de 24,9% nas de custeio no orçamento de 2016 para a Justiça do Trabalho, previsto na Lei Orçamentária Anual (Lei 13.255/2016). O foco principal da preocupação do presidente é o impacto da medida na capacidade da Justiça do Trabalho de atender à demanda social e, conseqüentemente, na garantia constitucional de amplo acesso à Justiça.

A Justiça do Trabalho recebeu, em 2015, quase dois milhões de novos processos em primeira instância. O número foi superior em 7% ao do ano anterior. Para 2016, a expectativa é de que o percentual de aumento seja ainda maior, sobretudo tendo em vista que a crise econômica retirou do mercado formal de trabalho 1,2 milhão de trabalhadores no ano passado.

Em diversas reuniões, Levenhagen reitera que o corte de 90% nas despesas de investimento deve atingir em cheio o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), uma das principais ferramentas para dar vazão ao crescente número de processos que chegam anualmente ao Judiciário Trabalhista. Ao transmitir a Presidência do TST na próxima quinta-feira (25) ao ministro Ives Gandra Martins Filho, Levenhagen terá praticamente implantado o PJe-JT nas 1.570 Varas do Trabalho instaladas no país (as exceções são algumas Varas do Pará que ainda não têm infraestrutura de telecomunicações compatível com os requisitos mínimos que o sistema exige para operar) e nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Segundo o ministro, porém, ainda há um longo caminho a percorrer, e a redução drástica nas verbas que seriam dedicadas ao aperfeiçoamento do sistema pode comprometer a sua continuidade, afetando diretamente os trabalhadores que recorrem à Justiça do Trabalho.

Atualmente, cerca de 100 técnicos trabalham na evolução do sistema a fim de torná-lo mais eficiente, e no segundo semestre de 2015 foram geradas seis novas versões, que introduziram cerca de 130 melhorias e corrigiram aproximadamente 800 defeitos.

**Advogados** - Em nota entregue na terça-feira (23) ao ministro Levenhagen pela presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Silvia Burmeister, 26 entidades estaduais de advogados militantes na Justiça do Trabalho manifestam-se contra a redução no Orçamento do Judiciário. No documento, eles afirmam que o corte promovido pela Lei 13.255/2016 "compromete sobremaneira o funcionamento do Judiciário Trabalhista", atingindo diretamente a advocacia e o jurisdicionado.

A categoria lembra que a Justiça do Trabalho é superavitária e é a que mais recolhe aos cofres públicos valores referentes ao INSS e à Receita Federal, "chegando à casa de centena de milhões anualmente".

*Fonte: TST*

#### **AGENDA PRESIDENTE DA CONTRICOM** **FRANCISCO CHAGAS COSTA- MAZINHO**

Dia 26 de fevereiro – participa, em Minas Gerais, de reuniões com sindicatos da categoria e a FETICOM-MG.

#### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***  
Redação e Edição  
***Instituto Dois Candangos (DF)***